

Devastação da floresta

O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, admitiu “desconfortáveis” os resultados apontados pelo Programa de Avaliação do Desflorestamento, realizado na Amazônia, e agiu corretamente ao evitar comemorações em torno dos dados que apontaram para a redução da área desmatada na floresta em 1996 (18.161 quilômetros quadrados) em comparação ao ano anterior, quando foi registrado o recorde histórico de devastação dos recursos naturais (29.059 quilômetros quadrados). Realista, o ministro reconheceu ainda que os esforços e ações do governo, adotados em 1996, para pôr um paradeiro no extrativismo predatório — restrição do corte raso a 20% das propriedades rurais e aumento da fiscalização sobre a atividade madeireira —, tinham sido responsáveis por “parte” da redução do índice de desflorestamento. A queda da atividade econômica ocorrida no País logo depois do lançamento do Plano Real, as chuvas intensas de 1996 e as novas táticas dos madeireiros, que passaram a cortar as árvores de madeira de lei e a manter intactas as de madeiras moles, impedindo que os satélites monitorassem corretamente a devastação, foram, de fato, as causas dessa redução anunciada.

O ministro Gustavo Krause anunciou medidas positivas, há muito esperadas, para impedir que a situação continue sem controle, como a readequação dos critérios ambientais para classificação de imóveis para efeitos de desapropriação e novos critérios e procedimentos para o lançamento do Imposto Territorial Rural (ITR). A legislação existente, por paradoxal que pareça, incentiva danos ao meio ambiente, uma vez que o Incra tem considerado floresta derrubada como critério de conhecimento de posse. O go-

verno decidiu que, produtivas, serão, de agora em diante, as áreas de reserva florestal sob manejo, áreas de preservação e reservas florestais particulares. A disposição do ministro de defender a floresta amazônica e

Uma nova visão do que seja o aproveitamento da floresta poderá salvar a Amazônia

dotar o País de uma legislação moderna é, no entanto, contraditória com a decisão do governo de criar sete florestas nacionais, num total de 26 mil quilômetros quadrados, para exploração legal de madeiras por meio de licitações — que provavelmente serão vencidas pelas madeireiras asiáticas responsáveis pela degradação ambiental de vários países e apontadas como a principal agente do desflorestamento da Amazônia. Desde que desembarcaram no País, a extração de madeira cresceu geometricamente e hoje resulta no corte clandestino de 30 milhões de metros cúbicos de madeira por ano. Desse total, o Ibama conseguiu apreender apenas 710 mil metros cúbicos em 1997. O Ibama não tem condições, conforme admitiu o próprio ministro, de fiscalizar toda a floresta amazônica. Mas o presidente do órgão acredita que a fiscalização será facilitada com as florestas nacionais, embora não explique como fará para tornar efetiva essa fiscalização com o reduzido número de fiscais que tem.

As autoridades responsáveis pelo meio ambiente precisam, de uma vez por todas, mudar — modernizando — a óptica pela qual encaram a preservação do meio ambiente. A exploração madeireira não é a única alternativa para o desenvolvimento sustentado da Amazônia, principalmente por tratar-se de uma floresta que, destruída, jamais será recomposta. O turismo ecológico, a pesca, a caça, a biotecnologia e a microbiologia sustentariam atividades econômicas muito mais rentáveis para o País, conforme já comprovaram as nações desenvolvidas.